

Em torno de um depoimento

JULIAN M. CHACEL

Nos últimos dias de outubro, um grupo de eminentes professores das universidades de Espanha esteve no Rio de Janeiro falando a empresários e cientistas sociais. Como forma de comemorar o Descobrimento onde, ao invés de celebrar o feito do passado, buscou-se, a partir da contemporaneidade, olhar o futuro. Dentre esses professores avulta a figura de Enrique Fuentes Quintana, presidente da Real Academia de Ciências Moraes e Políticas. Tratando do tema a "Experiência Espanhola numa Transição Econômica", o professor Fuentes, artífice em 1977, como vice-presidente de Governo e ministro da Economia, do célebre Pacto de La Moncloa, deu-nos um testemunho que nos convida a reflexão nessa quadra tão difícil da vida nacional.

Duas aspirações estavam nas origens do pacto. A construção de uma sociedade democrática e pluralista duradoura e a integração no conjunto dos países que formavam a Comunidade Econômica Européia. A providência e a história tinham até então, em diferentes oportunidades, conspirado contra a construção de tal sociedade. Mas se a Grande Depressão frustrou essa aspiração, a crise energética dos anos 70 não foi capaz de demover a Espanha, com a clara memória e a nítida consciência dos horrores da Guerra Civil, do seu firme desejo de aproveitar uma segunda chance que o destino lhe oferecia. Oportunidade que teve como ponto de partida a idéia-força de seu principal problema político residir na questão econômica.

Para tanto, era preciso atuar em diferentes direções, fundamentada essa atuação em três pressupostos. O primeiro, o da inflação constante e ascendente ser um agente da dissolução da continuidade democrática; o segundo, o da abertura econômica visando à integração para uma nova divisão internacional do trabalho quanto a bens, serviços e capitais; e o terceiro, talvez corolário do anterior, o de uma economia de mercado não viciada pelo excesso de regulação e submetida a uma aragem de competitividade advinda do exterior.

A solução da questão econômica e o atendimento a seus pressupostos requeriam uma definição política do país em que todos os partidos políticos, **sem nenhuma exceção**, fossem partícipes dessa definição. Os acordos de La Moncloa, foram, portanto, alcançados através de métodos políticos, com as classes abastadas aceitando a redução de seus privilégios, o operariado admitindo a moderação das demandas salariais e os homens de governo propensos à austeridade fiscal no gasto público. O patriotismo da oposição, que colocou o interesse nacional acima do objetivo imediatista da conquista do poder,

permitiu que os acordos fossem rapidamente firmados. De tal sorte que a taxa "anualizada" (12 meses) de inflação que em meados de 1977 situava-se ao redor de 40%, um ano mais tarde mostrava decadência de 16% anuais. Em larga medida pode-se dizer que, tendo sido domada a inflação, a Constituição democrática de 1978 foi herdeira, senão tributária, dos acordos de La Moncloa.

O declínio da inflação, a abertura da economia e a redução do grau de regulação dos mercados representaram, assim, o direito de entrada da Espanha no Mercado Comum Europeu. Após longa negociação no que concerne o Tratado da Comunidade, em janeiro de 1986, a Espanha passa a integrá-la plenamente. Sem os acordos, a convivência com a Comunidade teria sido impossível e a solução de antigos problemas econômicos certamente não teria tido o melhor encaminhamento, se resolvidos em situação de isolamento. Estabelecida como requisito prévio da integração à restauração da democracia, a Comunidade passa a ser a força propulsora da economia espanhola.

Duas etapas distintas podem ser identificadas entre 1986 e os dias atuais. A primeira, que perdura até 1989, onde o crescimento econômico alcança em forma consistente 5% em termos reais, combinando-se com forte desaceleração da inflação, então em torno de 4% anuais; a segunda, de menor impulso, em que o arrefecimento da atividade econômica da Comunidade não poderia deixar de refletir-se no seu próprio desempenho. Seja como for, as incidências da dinâmica econômica numa nação que não obstante seus êxitos continua a ter problemas, dentre os quais cumpre destacar um alto nível de desemprego, mitigado é bem verdade por um mecanismo de seguro que freqüentemente se combina com a entrada na economia informal, e uma inflação que teimosamente resiste a baixar do nível de 6% a 7% anuais, permitem hoje a convivência dos espanhóis numa sociedade, convém insistir, pluralista e democrática. Na qual os valores da política macroeconômica têm como paradigma os valores médios das variáveis correspondentes na Comunidade como um todo.

Do depoimento do professor Fuentes emergem inevitavelmente no espírito dos que o ouviram inferências, senão lições, para o caso brasileiro nesta hora tão difícil de mais uma imprevista transição. Há desde logo profundo contraste entre um caso e outro. Se o problema político espanhol dos anos 70 tinha seu cerne na questão econômica, o problema econômico brasileiro dos anos 80, não resolvido, tem suas raízes na questão política. Desde a morte de Tancredo Neves que a Nação vive sob o manto da incerteza nos rumos do pensamento político que, entre outras indefinições, ainda deixou pendente a configuração final da Constituição de 88 e o próprio sistema de governo.

Mas por ser político o problema econômico de nosso país, é que mais se destaca, da experiência espanhola dos acordos, o equívoco na escolha do método utilizado nas recorrentes e frustrantes tentativas para alcançar, através de um pacto social, o domínio da inflação e repor o país na senda do crescimento. A tessitura de tal pacto não deveria ter sido deixada a cargo de empresários e trabalhadores, ainda que assistidos por membros destacados do Executivo. O problema político requer métodos políticos. Daí a indispensável presença do Congresso, ainda que partindo de um projeto de acordo, em sua arquitetura final.

Nessa ordem de idéias, o referendo de abril e a revisão constitucional que certamente se seguirá oferecem ao país nova oportunidade na correção do método. Se existe hoje, em consequência de novo ponto de inflexão na história política nacional, uma clara interpenetração entre Executivo e Legislativo a compartilhar, nitidamente, a responsabilidade de governar, a adoção do sistema parlamentarista parece ser o caminho óbvio a ser seguido. Tendo à jusante uma reforma política que reduza substancialmente o número de partidos representados no Parlamento. Um número entre seis e oito partidos cobre perfeitamente todo o espectro político, da extrema esquerda até a extrema direita, ao passo que o número atual impede **ab initio** qualquer tentativa de consenso, sem o qual não se chega aos acordos.

Configurado um pacto social negociado pelos políticos, dentro de um sistema de governo parlamentar, seria então possível desenhar a política econômica necessária para a retomada do crescimento econômico. Política que passa por uma reforma fiscal tendente ao equilíbrio dos orçamentos públicos conjugada com um programa claro de metas predefinidas de expansão monetária, pela redução da regulação da economia e um mínimo indispensável e pela abertura da economia e formas de integração supranacional a impor limites aos desvios de comportamento dos protagonistas da vida econômica. O professor Fuentes nos disse que a Constituição da Espanha foi herdeira dos acordos de La Moncloa. Certamente, em nosso caso, a reforma da Constituição não terá, como dizem os estatísticos, os mesmos graus de liberdade, posto que muitos dos dispositivos do texto de 88 estarão cristalizados e portanto inegociáveis. De qualquer sorte, se da transição econômica foi possível fazer a travessia política no caso da Espanha, quem sabe se é possível para o Brasil da transição política chegar à travessia econômica. Em que pese a depressão de hoje, tanto dos negócios como das mentes, quem sabe 1993 também nos reserva uma segunda chance.

Julian Magalhães Chacel é diretor do Instituto Brasileiro de Economia.